



Simulado Final

PM PA

Oficial - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial PM PA - Oficial

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso PM PA - Oficial;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PM-PA-Oficial-02-12>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Suellen Borges

01. Com base na leitura compreensiva do texto, assinale a alternativa correta.



VERISSIMO, Luis Fernando. As Cobras (p. 8). Objetiva. Edição do Kindle.

- a) O propósito principal do texto é informar o interlocutor de que as personagens estão discutindo um tema aparentemente sem futuro.
- b) De acordo com o texto, uma das personagens traz à tona uma questão existencial, estabelecendo um confronto com a realidade de maneira comparativa.
- c) No texto, a fala de uma das personagens no último quadrinho permite inferir que ela se encontrava mal de saúde e que a conversa lhe deixou melhor.
- d) A pergunta feita por uma das personagens no segundo quadrinho é dirigida ao leitor.
- e) É possível perceber elevado grau de pessimismo no texto apresentado, característica própria desse gênero textual.

02. De acordo com o gênero do texto, pode-se afirmar que se trata de

- a) um cartum, tendo em vista apresentar linguagem verbal e não-verbal e crítica social.
- b) uma tirinha, com personagens estabelecidas, mistura de linguagem verbal e não-verbal, pegada irônica e estabelecimento de uma crítica.
- c) uma charge, já que apresenta informações críticas sobre a relação do ser humano com o universo.
- d) um desenho, tido como texto não-verbal.
- e) uma história em quadrinhos, com um dilema existencial estabelecido para o qual se busca resposta, a qual já foi encontrada.

03. De acordo com as questões gramaticais do texto, a ortografia oficial e o emprego dos sinais de pontuação, assinale a alternativa que apresenta uma definição correta acerca dos aspectos morfosintáticos do texto 01.

- a) No primeiro quadrinho, a expressão “nada disso” é considerada um aposto resumitivo.
- b) A palavra “tem”, no primeiro quadrinho, pode ser graficamente acentuada, assumindo a forma “têm”, graças à reforma ortográfica.
- c) As palavras “importância”, “aflições” e “inescrutável” são acentuadas pela mesma razão.
- d) A forma verbal “engolirá”, que se encontra no futuro do presente do indicativo, pode ser substituída por “engoliria”, que é futuro do pretérito do indicativo, sem que haja prejuízo do sentido original do texto.
- e) As reticências presentes no primeiro quadrinho sugerem a presença de conflitos não citados que dificultam a compreensão do eixo temático central.

Texto 2 para responder às questões de **04 a 08**.

**EMPRESAS AEROSPACIAIS RECEBERAM
INVESTIMENTOS RECORDES DE US\$ 14,5 BILHÕES
EM 2021**

Empresas aeroespaciais, incluindo a SpaceX, do bilionário Elon Musk, e a Sierra Space, receberam quase US\$ 15 bilhões em investimentos privados em 2021, sendo US\$ 4,3 bilhões apenas no quarto trimestre.

O setor, que passa por uma forte expansão nos últimos anos, viveu um ano recorde impulsionado por investidores que apostam na “economia espacial”.

Fonte: <<https://www.instagram.com/p/CZEtA8-sLCI/>>
(ADAPTADO)

Considerando as ideias veiculadas pelo texto 2, assinale a alternativa correta.

04. A finalidade básica do texto 2 é:

- a) denunciar as más práticas das indústrias do setor aeroespacial;
- b) registrar o progresso nas pesquisas do setor aeroespacial estatal;
- c) condenar a intervenção de empresas privadas no espaço;
- d) informar sobre o incentivo ao crescimento do patrimônio das empresas do setor aeroespacial em 2021;
- e) alertar sobre os impactos econômicos futuros da exploração espacial.

05. Em conformidade com as questões gramaticais que envolvem o texto 02 e a norma-padrão, pode-se afirmar que o trecho sublinhado em “O setor, que passa por uma forte expansão nos últimos anos, viveu um ano recorde impulsionado por investidores que apostam na “economia espacial” exerce função sintática de:

- a) oração subordinada adjetiva restritiva;
- b) oração subordinada adjetiva explicativa;
- c) oração subordinada adverbial;
- d) oração subordinada substantiva objetiva;
- e) oração subordinada substantiva subjetiva;

06. Considere a palavra destacada no seguinte trecho do segundo parágrafo: “uma forte expansão”. Essa palavra pode, sem prejuízo do sentido desse trecho, ser substituída por

- a) magnânima
- b) vigorosa
- c) indubitável
- d) incomensurável
- e) intensa

07. Considerando-se a organização composicional do texto lido, compreende-se que ele se classifica como

- a) argumentativo, pois defende uma ideia acerca do crescimento de empresas aeroespaciais.
- b) narrativo, pois relata um episódio de crescimento de empresa do setor aeroespacial.
- c) descritivo, pois descreve a expansão de empresas do ramo aeroespacial.
- d) expositivo, pois apresenta informações objetivas acerca do crescimento de um setor da economia.
- e) injuntivo, pois fornece importantes dados relativos aos investimentos no setor aeroespacial.

08. Com base nos recursos de pontuação, assinale a frase abaixo em que as vírgulas estejam plenamente empregadas de acordo com o padrão formal da língua escrita:

- a) Algumas empresas aeroespaciais de renome no mundo ocidental, receberam investimentos recordes.
- b) Os investimentos do governo brasileiro, no setor aeroespacial têm sido tímidos, até o momento.
- c) Empresas como SpaceX, Virgin Galactic, GE Aviation, Airbus Group, são alguns nomes de destaque no cenário aeronáutico internacional.
- d) Os vultosos investimentos privados, em 2021 alcançaram diversas empresas do setor aeroespacial.
- e) Existem entidades que representam internacionalmente as empresas brasileiras do setor aeroespacial, promovendo e defendendo interesses comuns.

Texto 3 para responder às questões de **09** e **10**.

BOLSONARO DIZ QUE ZERARÁ IMPOSTO SOBRE DIESEL, SE PEC QUE MODIFICA TRIBUTOS PASSAR

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que está sendo negociada com o Congresso para baixar impostos sobre combustíveis autoriza e não “impõe” a redução dos tributos pela União e pelos Estados, como já havia indicado o secretário executivo da Casa Civil, Jônathas Castro.

Bolsonaro disse ainda que se a PEC passar no Congresso, no “segundo seguinte à promulgação eu zero o imposto final do diesel no Brasil”.

Texto retirado de <https://www.instagram.com/p/CZDntO4v0s3/>. Acesso em janeiro de 2022 (ADAPTADO)

Considerando as ideias veiculadas pelo texto 3, assinale a alternativa correta.

09. No título do texto 3, são expressas, respectivamente:

- a) uma ação e uma condição;
- b) uma ação e uma ordem;
- c) uma dúvida e uma condição;
- d) uma dúvida e uma ordem;
- e) uma hipótese e uma dúvida.

10. No que tange aos aspectos morfossintáticos do texto, o trecho "que está sendo negociada com o Congresso" exerce valor de:

- a) adjunto adverbial;
- b) vocativo;
- c) predicado;
- d) sujeito;
- e) adjetivo.

Texto 4 para responder à questão **11**.

Ameaça a redes sociais, “dama do tráfico”, imagens do 8/1: Indicado ao STF, Dino coleciona polêmicas

A indicação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) provocou diversas reações, em especial da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Dentre as críticas feitas ao ministro estão desde episódios relacionados à atuação dele durante os atos de 8 de janeiro até polêmicas mais recentes, como o caso da "dama do tráfico", que foi recebida por secretários da pasta no ministério. Dino coleciona ainda uma série de pedidos de impeachment por não comparecer em convocações feitas pela Câmara dos Deputados e declarações questionadas pela oposição.

Texto retirado de <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/ameaca-a-redes-sociais-dama-do-traffic-imagens-do-8-1-indicado-ao-stf-dino-coleciona-polemicas/> (ADAPTADO)

11. Em relação ao emprego dos elementos de coesão no texto 4, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No segundo período do texto, o termo “ao ministro” comporta-se de modo anafórico.
- b) Em “à atuação dele durante os atos de 8 de janeiro”, a palavra “dele” pode ser corretamente substituída por “do ministro Flávio Dino”, sem prejuízo da correção e do sentido do texto.
- c) No trecho “como o caso da “dama do tráfico”, que foi recebida por secretários da pasta no ministério”, o pronome relativo “que” pode ser substituído pelo pronome relativo “o qual”, mantendo-se a correção gramatical do período.
- d) No último período do texto, o segmento “uma série de pedidos de impeachment por não comparecer em convocações” pode ser corretamente substituído por “uma série de pedidos de impeachment, dado o fato de não comparecer em convocações”, sem que haja comprometimento do sentido e da correção gramatical.
- e) No título, o trecho “indicado ao STF” encontra-se fora da ordem direta da frase.

Texto 5 para responder às questões **12 e 13**.

Texto 5

ALEMANHA SE OPÕE A CLASSIFICAR ENERGIA NUCLEAR COMO ENERGIA SUSTENTÁVEL

Em oposição ao rascunho de plano da União Europeia de classificar usinas nucleares como fontes de energia sustentável, o governo do chanceler alemão Olaf Scholz expressou objeção ao assunto em carta formal enviada a Bruxelas, segundo ministros.

A União Europeia tem buscado estabelecer padrões para investimentos verdes, ajudando projetos que sejam amigáveis ao clima a arrecadar capital e eliminando a “lavagem verde”, pela qual investidores e empresas exageram suas credenciais ecológicas. O governo alemão, por sua vez, tem visto a energia nuclear como “arriscada e cara”. (Texto retirado de <https://www.instagram.com/p/CZEateNuiMg/>. (ADAPTADO)

12. O objetivo desse pequeno texto é

- a) explicar os impactos ecológicos do uso de energia nuclear;
- b) combater informações falsas sobre a classificação da energia nuclear como sustentável;
- c) informar sobre o posicionamento oficial do governo alemão acerca de um item discutido pela União Europeia;
- d) registrar legalmente a diferença de posicionamento entre o governo alemão e a União Europeia na questão energética;
- e) discutir com o público a opinião popular acerca da classificação da energia nuclear.

13. O título do texto se sustenta sobre estratégia argumentativa que tem uma função manifesta e uma função real. Esses dois aspectos correspondem, respectivamente, a:

- a) uma informação e um pedido;
- b) uma declaração oficial e uma ordem;
- c) uma manifestação afetiva e uma informação;
- d) uma constatação de verdade universal e uma explicação;
- e) uma informação e uma discussão.

INFORMÁTICA

Emmannuelle Gouveia

14. Identifique a sequência correta de crescimento das memórias em relação a velocidade:

- a) cache- registradores – secundária- principal
- b) principal – cache – registradores – secundária
- c) secundária – cache- principal - registradores
- d) secundária – principal – cache- registradores
- e) registradores – principal – cache- secundária.

15. O utilitário do Windows que pode ser acessado diretamente através do menu suspenso aberto ao clicar com o botão direito do mouse sobre o menu Iniciar e que pode ser usado para operações avançadas de armazenamento é o:

- a) Conexões de Rede.
- b) Power Shell.
- c) Gerenciador de Tarefas.
- d) Limpeza e Disco.
- e) Gerenciamento de Disco.

16. O elemento usado no WRITER para colocar observações sobre parte do texto, mas que, por padrão, não é impresso com o mesmo é:

- a) Caixa de texto
- b) Anotações
- c) Partes Rápidas
- d) Imagens.
- e) SmartArt

17. Sobre o protocolo POP responda.

- a) É utilizado para o envio de mensagens de email com uma maior velocidade de transmissão.
- b) É utilizado para a troca de páginas entre computadores utilizando criptografia.
- c) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, retira as mensagens do servidor e realiza a leitura na máquina do usuário.
- d) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, realiza a leitura no servidor.
- e) Não permite configurações adicionais em seu servidor.

18. O token de certificado digital, que se encaixa na porta USB dos computadores, na maioria dos casos, é um periférico de:

- a) Entrada e saída.
- b) saída.
- c) Entrada
- d) Não é um periférico
- d) Flutuante

19. No serviço de email é necessário utilizar um endereço de email que deve ser composto pelo Identificador e o servidor de email. Um exemplo correto de endereço seria:

- a) servidor de email@Identificador.
- b) identificador%servidor de email.
- c) servidor de email&identificador
- d) identificador@servidordeemail
- e) identificador\$servidor de email

20. É um ataque que se caracteriza pela alta capacidade de multiplicação e apresenta atuação independente, sem a necessidade de se acoplar a outro arquivo ou programa

- a) virus
- b) cavalo de tróia
- c) worm
- d) spyware
- e) cookie

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

21. Com relação à ausência, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge casado pelo regime da separação de bens não pode assumir a curadoria do ausente.
- b) Na etapa da sucessão provisória, todos os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias de restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.
- c) O descendente, ascendente ou cônjuge, que for sucessor provisório do ausente, fará seus todos os frutos e rendimentos que a este couberem.
- d) Cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva do ausente.
- e) Regressando o ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ele haverá de volta para si os bens existentes no estado em que se acharem, mas não os sub-rogados em seu lugar.

22. Com relação às associações, assinale a alternativa correta.

- a) Associados contam com direitos e obrigações recíprocos.
- b) Sob pena de anulabilidade, o estatuto da associação conterà, dentre outros requisitos, as fontes de recurso para sua manutenção.
- c) A qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- d) A exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
- e) Compete privativamente à assembleia geral deliberar sobre a exclusão de associado.

23. Com relação à prescrição, assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição atinge a pretensão, mas não a exceção, que é de natureza imprescritível.
- b) A prescrição pode ser arguida até a etapa processual das alegações finais, sob pena de preclusão.
- c) A prescrição é interrompida em relação àqueles que forem convocados para servir às Forças Armadas em tempo de guerra.
- d) A interrupção da prescrição pode se dar no máximo duas vezes.
- e) Prescreve em dez anos a pretensão de reparação por danos fundada na responsabilidade contratual.

24. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O pai que ressarcir o dano causado pelo filho incapaz pode depois ingressar com ação de regresso contra este.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano causado por este, ainda que resultante de culpa da vítima ou força maior.
- c) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida ficará obrigado a pagar-lhe o dobro do que houver cobrado.
- d) A obrigação de prestar reparação civil não se transmite com a herança.
- e) Em caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

25. Considerando a Constituição do estado do Pará marque a opção INCORRETA:

- a) Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício temporário da chefia do Poder Executivo o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa e o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
- b) Ocorrendo a vacância no último ano do período governamental, assumirá o cargo de Governador do Estado, em caráter permanente, O Presidente da Assembleia Legislativa ou o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, nesta ordem.
- c) Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- d) Compete a Justiça Militar Estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao Governador de Estado decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- e) Fica autorizada a criação do Tribunal de Justiça Militar, através de lei complementar de iniciativa do Tribunal de Justiça, quando o efetivo da Polícia Militar for superior a vinte mil integrantes.

26. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal da República.

- a) qualquer eleitor é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- b) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização nas redes sociais.
- c) Somente por decisão judicial transitada em julgado poderá uma associação ser dissolvida compulsoriamente.
- d) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente.
- e) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, ainda assim o indivíduo não poderá ser privado de seus direitos.

27. Tanaka, Deputado Estadual, sempre morou com sua vó e quando criança gostava muito da natureza e por isso virou protetor da natureza e meio ambiente. Consultou sua assessoria sobre a competência do Estado para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. Em resposta, foi informada de que essa competência era exercida pela União.

À luz da sistemática constitucional, a informação fornecida pela assessoria de Tanaka indica que:

- a) a União e o Estado devem editar as leis sobre a matéria em caráter conjunto.
- b) o Estado somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição se a União delegar por LC;
- c) a União somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto o Estado não o fizer;
- d) a União deve limitar-se à edição de normas gerais sobre a matéria;
- e) a União e o Estado podem legislar livremente sobre a matéria quando bem entender;

28. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e não poderá perder sua naturalização ainda que tenha feito o pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia. .
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

29. Um agente público ingressou com uma ação judicial buscando a equiparação das remunerações recebidas pelos servidores dos outros poderes. No caso em tela, o servidor da Administração Pública, ainda que equivocadamente, supostamente apresentou o pedido com base no princípio:

- a) isonomia;
- b) segurança jurídica;
- c) eficiência;
- d) publicidade;
- e) legalidade.

30. O Estado W criou uma entidade com personalidade jurídica de direito público, com o propósito específico de administrar o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos estaduais, executando atividades típicas do Estado.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em tema de regime jurídico, tal entidade:

- a) Faz parte da administração indireta, sendo os seus servidores admitidos por meio de concurso público, e seus bens podem ser penhorados;
- b) Pertence à administração direta, sendo os seus agentes admitidos por meio de processo seletivo simplificado, e seus bens são impenhoráveis;
- c) Está na administração direta, sendo os seus servidores admitidos por meio de concurso público, e seus bens podem ser penhorados;
- d) É caracterizada como uma entidade concessionária de serviço público;
- e) Pertence à administração indireta, sendo os seus servidores admitidos por meio de concurso público, e seus bens são impenhoráveis.

31. O Estado Z emitiu o ato administrativo X, de natureza discricionária, e o ato administrativo C, de natureza vinculada, com o objetivo de regulamentar questões de interesse regional. Um particular, que foi prejudicado por ambos os atos administrativos, decidiu impugná-los, apresentando uma ação perante o Poder Judiciário. Após análise do caso pelo juiz, foi constatado que o ato administrativo X é válido, enquanto o ato administrativo C é inválido.

Diante dessa situação, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial predominante, o juiz:

- a) Não poderá revogar o ato administrativo X, para evitar interferência nas atribuições da Administração Pública, nem anular o ato administrativo C, dado seu caráter vinculado;
- b) Poderá revogar o ato administrativo X, em deferência ao controle judicial sobre a Administração Pública. No entanto, não poderá anular o ato administrativo C, dada sua natureza vinculada;
- c) Não pode revogar o ato administrativo X, a fim de não se intrometer nas competências da Administração Pública. No entanto, pode revogar o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade;
- d) Não é possível revogar o ato administrativo X, para evitar interferência nas atribuições da Administração Pública. No entanto, pode anular o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade;
- e) Pode revogar o ato administrativo X, em apoio ao controle judicial sobre a Administração Pública. Além disso, pode revogar o ato administrativo C, considerando sua ilegalidade.

32. Em certas circunstâncias, a Administração Pública detém o direito de não apenas estabelecer um dever ao particular, mas também de empregar força direta e material para assegurar a execução imediata do ato administrativo. Esse comando decorre do atributo do ato administrativo da:

- a) Exigibilidade, mediante um processo judicial prévio, a fim de garantir a observância do princípio constitucional do devido processo legal;
- b) Tipicidade, sem a necessidade de uma decisão judicial anterior, porém mediante um processo administrativo prévio, que assegure o contraditório e a ampla defesa;
- c) Imperatividade, por meio de um processo administrativo prévio, a fim de garantir a observância do princípio constitucional do devido processo legal;
- d) Coercibilidade, por meio de um processo judicial prévio, no qual seja garantido o contraditório e a ampla defesa;
- e) Autoexecutoriedade, dispensando uma autorização judicial prévia, não obstante com contraditório diferido.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

33. Assinale a opção correta:

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas não permite a punição por crime culposo, ainda que previsto em lei.
- b) Não responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- c) O desconhecimento da lei é inescusável, mas o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço.
- d) O desconhecimento da lei é considerado circunstância atenuante.
- e) Se o fato é cometido sob coação resistível, só é punível o autor da coação.

34. De acordo com a teoria do crime, é INCORRETO afirmar:

- a) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) o arrependimento eficaz é causa de diminuição de pena.
- c) para que surtam os efeitos previstos no art. 15 do CP, tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz devem ser voluntários e espontâneos.
- d) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- e) os crimes unissubsistentes, os crimes omissivos próprios e as contravenções penais, entre outros, não punem a figura da tentativa.

35. De acordo com as causas extintivas tipificadas no Ordenamento Penal Pátrio, assinale a opção correta:

- a) a morte do agente só extingue a punibilidade se houver expressa concordância do Ministério Público ou do querelante.
- b) a renúncia do direito de queixa, ou o oferecimento de perdão pelo querelante, nos crimes de ação privada, acarreta a extinção da punibilidade.
- c) A prescrição da pena de multa ocorrerá em três anos, quando a multa for a única cominada ou alternativamente aplicada.
- d) o curso da prescrição não interrompe-se pelo recebimento da denúncia ou da queixa
- e) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos.

36. Sobre a relação de causalidade no Direito Penal, responda a assertiva subsequente. Gabriel dispara uma arma objetivando a morte de Rafael, sendo certo que o tiro não atinge um órgão vital. Durante o socorro, a ambulância que levava Rafael para o hospital é atingida violentamente pelo caminhão dirigido por Miguel, que sem observar o dever de cuidado, ultrapassara o sinal vermelho. Em razão da colisão, Rafael falece. Nesse caso:

- a) Gabriel responde por lesão corporal seguida de morte e Miguel por homicídio culposo.
- b) Gabriel e Miguel responderão por homicídio culposo.
- c) Gabriel responderá por homicídio na forma tentada e Miguel por homicídio culposo.
- d) Gabriel e Miguel responderão por lesão corporal seguida de morte.
- e) Gabriel responderá por homicídio culposo e Miguel por homicídio na forma tentada.

DIREITO PROCESSO PENAL*Renan Araújo*

37. A Constituição Federal expressamente estabelece que “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.”

Tal previsão é materialização do princípio:

- a) do Juiz natural
- b) da inércia
- c) da identidade física do Juiz
- d) da ampla defesa
- e) da congruência

38. Sobre o inquérito policial e a ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) O arquivamento do inquérito policial em razão da extinção da punibilidade do fato não faz coisa julgada material, de forma que será possível a retomada futura das investigações.
- b) Em se tratando de crime de tráfico de pessoas em curso, a autoridade policial poderá requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- c) Conquanto não esteja obrigada a deferir os pedidos de diligências formulados pelo ofendido ou pelo indiciado, a autoridade policial não poderá negar a realização do exame de corpo de delito, nos crimes que deixam vestígios.
- d) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, não havendo ordem de preferência estabelecida legalmente.
- e) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, a contar da data do fato criminoso.

39. Acerca do tema de provas e do tema de prisão e liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

- a) Adota-se no Brasil, como regra, o sistema da íntima convicção no que tange à apreciação e valoração das provas.
- b) O depoimento dos agentes policiais, por serem agentes públicos no exercício da função, é dotado de valor probante superior ao depoimento das demais testemunhas.
- c) nos crimes permanentes, como o tráfico ilícito de entorpecentes, o estado de flagrância se protraí no tempo, o que é suficiente, por si só, para justificar busca domiciliar desprovida de mandado judicial, ainda que não haja indícios mínimos de que, naquele momento, dentro da residência, está-se ante uma situação de flagrante delito.
- d) Conforme jurisprudência atual do STJ, não se admite a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva *ex officio* pelo Juiz.
- e) o valor probante dos elementos de convicção produzidos no bojo do inquérito policial é relativo, pois não podem, isoladamente, fundamentar uma sentença condenatória, em nenhuma hipótese, nem mesmo em caso de prova não repetível.

40. Acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta:

- I – Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais, todas, e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, desde que não cumulada com pena de multa.
- II – A suspensão condicional do processo deverá ser revogada se, no curso do prazo de suspensão, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal.
- III – A homologação da transação penal não faz coisa julgada material, de forma que o descumprimento dos termos do acordo permite a retomada da persecução penal, com o oferecimento de denúncia ou requisição de instauração de inquérito policial.
- IV – Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Nesse caso, é correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III
- b) III e IV
- c) II e IV
- d) II e III
- e) I e IV

DIREITO PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

41. Acerca da Ação Penal e da Extinção da punibilidade, prevista no Decreto-Lei nº 1.001, de 21.10.1969 e alterações posteriores, é correto afirmar:
- a) A ação penal somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público.
 - b) Caso o crime do militar tenha sido enquadrado no Art. 136 do CPM “Praticar o militar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra” a ação penal depende da requisição do Ministério da Justiça.
 - c) Começa a correr a prescrição: enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.
 - d) a morte do agente implica na extinção da punibilidade em decorrência da prescrição.
 - e) A prescrição da ação penal não corre do dia em que passa em julgado a sentença condenatória ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional

42. Acerca da imputabilidade penal militar, disposta no Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21.10.1969 e alterações posteriores) “Art. 48. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado”. Na linha de raciocínio desse tema, marque a alternativa correta.

- a) Se a doença ou a deficiência mental não suprime, mas diminui consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação, fica excluída a imputabilidade, mas a pena pode ser atenuada, e se o condenado necessita de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, ou em seção especial de um ou de outro.
- b) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) O menor de dezoito anos é inimputável, inclusive se, já tendo completado dezesseis anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com este entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até a metade.
- d) Os alunos de colégios ou outros estabelecimentos de ensino, sob direção e disciplina militares, que já tenham completado dezesseis anos equiparam-se aos maiores de dezoito anos, ainda que não tenham atingido essa idade
- e) Os menores de dezesseis anos, bem como os menores de dezoito e maiores de dezessete inimputáveis, ficam sujeitos às medidas educativas, curativas ou disciplinares determinadas em legislação especial.

43. O Sargento Pedro juntou-se ao Soldado Alex, ao Soldado Epaminondas e ao Tenente Capistrano para a prática de crime militar. O Sargento Pedro planejou e dirigiu a atividade dos demais militares. O Soldado Alex ingressou no crime mediante paga. A participação do Soldado Epaminondas era a de ajustar os relógios para que os outros praticassem o crime de autoria coletiva necessária. Dada a situação hipotética acima, marque a alternativa incorreta nos termos do CPM que trata do concurso de agentes:

- a) A punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- b) O soldado Alex não terá pena agravada.
- c) A pena do soldado Epaminondas é atenuada dada a somenos importância de sua participação.
- d) O tenente Capistrano é considerado cabeça dada a sua condição de oficial.
- e) Os militares citados que, de qualquer modo, concorreram para o crime incidirão nas penas a este cominadas.

44. Acerca do crime militar em tempo de guerra, podemos afirmar:

- a) A suspensão condicional da pena se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.
- b) Por crime militar praticado em tempo de guerra poderá o civil ficar sujeito a cumprir a pena, no todo ou em parte em penitenciária militar, se, em benefício da segurança nacional, assim o determinar a sentença.
- c) Aos crimes praticados em tempo de guerra, salvo disposição especial, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de dois terços.
- d) O tempo de guerra, para os efeitos da aplicação da lei penal militar, começa com a declaração ou o reconhecimento do estado de guerra, ou com o decreto de mobilização ainda se nele não estiver compreendido aquele reconhecimento e termina quando ordenada a cessação das hostilidades.
- e) Excetuando-se os crimes militares previstos para o tempo de paz, consideram-se crimes militares, em tempo de guerra os especialmente previstos no CPM (Código Penal Militar) para o tempo de guerra.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

45. Ante o que dispõe o Código de Processo Penal Militar e suas alterações, assinale a alternativa que não pode ser considerada flagrante em delito.

- a) acaba de cometer o crime
- b) está cometendo o crime
- c) é encontrado, antes da prática delituosa, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua futura participação nela
- d) nas infrações permanentes, estiver praticando a conduta durante o período de permanência
- e) é perseguido logo após o fato delituoso em situação que faça acreditar ser ele o seu autor

46. Acerca das “medidas preventivas e assecuratórias”, previstas no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações) incidentes sobre coisas ou pessoas, é CORRETO afirmar que

- a) a busca poderá ser domiciliar ou pessoal.
- b) a busca domiciliar mesmo sem consentimento expresso do morador, poderá ser realizada à noite.
- c) a revista depende de mandado quando feita no ato da captura de pessoa que deve ser presa.
- d) finda a diligência, lavrar-se-á auto circunstanciado da busca e apreensão, assinado por três testemunhas, com declaração do lugar, dia e hora em que se realizou, com citação das pessoas que a sofreram e das que nelas tomaram parte ou as tenham assistido, com as respectivas identidades, bem como de todos os incidentes ocorridos durante a sua execução.
- e) as coisas apreendidas poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

47. De acordo com o Código de Processo Penal Militar (DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969), analise a seguinte assertiva: Conforme EXPRESSAMENTE previsto na referida norma, os casos omissos neste Código serão supridos, EXCETO

- a) pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar.
- b) pela jurisprudência.
- c) pelos usos e costumes militares.
- d) pelos princípios gerais de Direito.
- e) pela doutrina.

48. No contexto de operação militar de garantia da lei e da ordem, determinado militar das Forças Armadas praticou crime doloso contra a vida de um civil. Nesse caso, à luz da legislação castrense, o referido delito será de competência do/da

- a) Justiça Comum Estadual.
- b) Justiça Comum Federal.
- c) Tribunal do Júri da Justiça Estadual.
- d) Justiça Militar da União.
- e) Justiça Militar Estadual.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

49. No caso de mulher gestante condenada a pena privativa de liberdade, o requisito temporal para a progressão do regime consiste no cumprimento de, no mínimo,

- a) um terço da pena no regime anterior.
- b) um quarto da pena no regime anterior.
- c) um oitavo da pena no regime anterior.
- d) metade da pena no regime anterior.
- e) um sexto da pena no regime anterior.

50. Considerando-se as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei n.º 11.340/2006, é correto afirmar que

- a) ameaça pode caracterizar violência moral.
- b) retenção de documentos pessoais pode ser violência psicológica.
- c) coação para praticar aborto pode configurar violência sexual.
- d) limitação do direito de ir e vir pode caracterizar violência física.
- e) manipulação que prejudique a autodeterminação pode ser violência patrimonial

51. No Estatuto do Desarmamento, considera-se crime hediondo

- a) o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- b) ter em depósito arma de fogo de uso permitido.
- c) o porte ilegal de arma de fogo, em qualquer modalidade.
- d) o crime de disparo de arma de fogo.
- e) a posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.

52. Os benefícios decorrentes da colaboração premiada prevista na Lei n.º 12.850/2013

- a) são conferidos apenas àquele que confesse a prática delituosa anteriormente à sentença condenatória.
- b) não importam o sobrestamento do prazo para o oferecimento da denúncia.
- c) oportunizam unicamente a substituição da pena de detenção por pena restritiva de direitos.
- d) independem de homologação judicial, bastando o aval do Ministério Público.
- e) podem, em determinados casos, resultar em perdão ministerial caracterizado pelo não oferecimento da denúncia.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Rodrigo Francelino*

53. Segundo o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará assinale a alternativa correta, sobre comando e subordinação:

- a) A subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do Policial Militar e decorre, preferencialmente, da estrutura hierarquizada da Polícia Militar.
- b) O Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o Policial Militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma Organização Policial-Militar. O Comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui prerrogativa pessoal, na qual se define e se caracteriza como Chefe.
- c) O Oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais-Militares.
- d) Os Cabos e Soldados são, preferencialmente, elementos de execução.
- e) Os Subtenentes e Sargentos integram as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e emprego de meios, quer na instrução e na administração; deverão ser empregados na execução de atividade de policiamento ostensivo fardado.

54. São direitos dos Policiais Militares, descritos no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará, exceto:

- a) A garantia da patente quando oficial, em toda a sua plenitude, com as vantagens, prerrogativas e deveres a ela inerentes.
- b) Ao Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará definido em lei.
- c) a estabilidade, quando praça com 10 (dez) ou mais anos de tempo de efetivo serviço
- d) o funeral para si e seus dependentes, constituindo-se no conjunto de medidas tomadas pelo Estado, quando solicitado, desde o óbito até o sepultamento condigno, na forma da lei
- e) o fardamento, constituindo-se no conjunto de uniformes, roupa branca e roupa de cama, fornecido ao Policial Militar, na ativa, de graduação inferior a 2º Sargento e, em casos especiais, a outros Policiais Militares

55. A Lei Estadual nº 8.388/2016 dispõe sobre a promoção dos Oficiais da Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências, sobre o tema assinale a única alternativa incorreta

- a) A promoção pelo critério de merecimento é aquela que se baseia no conjunto de qualidades e atributos que distingue o Oficial entre seus pares e que, uma vez quantificados nas fichas de avaliação de desempenho profissional; de potencial e experiência profissional e pelo conceito proferido pela Comissão de Promoção de Oficiais, passam a traduzir sua capacidade para ascender hierarquicamente.
- b) A promoção por bravura é efetivada em razão de ato de caráter extraordinário e comprovada atitude de extrema coragem e audácia que ultrapassem os limites normais do cumprimento dos deveres naturais do policial militar e que sejam úteis ao conceito da Corporação pelo exemplo positivo.
- c) A promoção “post-mortem” visa expressar o reconhecimento do Estado ao Oficial que falecer no cumprimento do dever ou em consequência dele e será efetivada na data do falecimento.
- d) A promoção pelo critério de antiguidade é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um Oficial sobre os demais de igual posto, dentro do número de vagas estabelecidas para cada quadro.
- e) A promoção por ato de bravura é da competência do Governador do Estado por proposta do Comandante-Geral e será concedida a partir da publicação do ato de bravura.

56. Segundo a Lei Estadual nº 6.833/2006 e suas alterações, que Institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará. São Organizações Policiais-Militares, exceto:

- a) O Quartel do Comando-Geral
- b) Comandos Operacionais Intermediários
- c) Diretorias, Corpo Militar de Saúde
- d) Unidades Operacionais de Polícia Ostensiva
- e) Unidades Táticas de Apoio e áreas de instrução e exercício.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

57. Sobre os Direitos Humanos e sua evolução, previsão constitucional e a Política Nacional sobre direitos humanos, julgue:

- I - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos poderão ser equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, exemplo do que ocorreu com o Tratado de Marraqueche.
- II - Os direitos humanos tem como característica a historicidade porque mudam ao longo do tempo em diferentes países.
- III – Conforme a Constituição Federal, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, inclusive a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens não deve ser estendidas aos sucessores.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) Somente III
- d) Somente a II
- e) Todas estão corretas.

58. Em uma reunião diversos líderes mundiais firmam uma convenção sobre direitos humanos, dentre eles, Presidente do Brasil. Nesta situação, o tratado será incorporado com status de Emenda Constitucional se aprovado pelo Congresso Nacional

- a) Por quórum simples
- b) Por 1/3 dos membros das casas, em votação em 2 turnos em cada casa
- c) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 3/5 dos votos
- d) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 2/5 dos votos
- e) Por 1/2 dos membros das casas, em votação em 2 turnos em cada casa

59. Sobre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, assinale a Incorreta:

- a) A teoria dos status, de Georg Jellinek, serviu como fundamento para a classificação doutrinária dos direitos fundamentais, definindo que o status não se confunde com o direito, pois o status tem como conteúdo o “ser” e o direito tem como conteúdo o “ter”. O autor classifica as seguintes relações de status: status passivo (ou status subjectionis), status negativo (ou status libertatis), status positivo (ou status civitatis) e status ativo (ou status da cidadania ativa).
- b) A dimensão subjetiva dos direitos humanos tem como perspectiva o indivíduo: é ele que possui direito fundamental e é titular de uma posição jurídica subjetiva.
- c) A CF contém previsão do princípio da não exaustividade dos direitos fundamentais, na medida em que dispõe que os direitos nela estabelecidos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, tampouco outros previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil seja parte.
- d) A universalidade dos direitos humanos pode ser concebida como a atribuição desse plexo de direitos a todos os seres humanos, não importando nenhum outro fator adicional.
- e) Os direitos humanos surgem de uma atuação positiva do Estado, com a criação de novas regras para a dignidade humana.

60. Assinale a opção que apresenta o nome do eixo orientador do Programa Nacional de Direitos Humanos que possui a diretriz promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação

- a) Universalizar direitos em um contexto de desigualdades
- b) Interação democrática entre Estado e sociedade civil
- c) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência
- d) Educação e Cultura em Direitos Humanos
- e) Direito à Memória e à Verdade

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
